

DAVID AUGUSTO FERNANDES

Mestre em Direito pela UNIG. Professor de Direito Internacional Público e Privado da Universidade Iguazu - UNIG. Professor da Academia Nacional de Polícia ANP - Brasília. Delegado de Polícia Federal.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

A CONCRETIZAÇÃO DE UM SONHO

RENOVAR

2006

**341.645:343
F363t**



F103t

Fernandes, David Augusto

Tribunal Penal Internacional: a concretização de um sonho / David
Augusto Fernandes. — Rio de Janeiro: Renovar, 2006. 541p. ; 21cm.

ISBN 85-7147-543-1

1. Direito internacional — Brasil. I: Título.

346.81015

341.645:343
F363t



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - DIREITOS HUMANOS: a promoção, o controle e a garantia	5
1.1 Histórico	6
1.2 Idade antiga	8
1.3 Idade Média e Moderna	9
1.4 O Século XX	13
1.4.1 Procedimento perante os tribunais internacionais de direitos humanos	21
1.4.2 Corte interamericana de direitos humanos	22
1.4.3 Desenvolvimento do sistema europeu de proteção	26
1.4.4 Desenvolvimento do sistema interamericano de proteção	28
1.4.5 Direito individual de acesso direto <i>jus standi</i> aos tribunais internacionais de direitos humanos	32
1.4.6 Flexibilização do requisito de prévio esgotamento de recursos internos a favor das vítimas	34
1.4.7 Compatibilização entre as jurisdições internacional e nacional em matéria de direitos humanos	35
CAPÍTULO II - OS TRIBUNAIS <i>AD HOC</i>	39
1 Tribunal de Nuremberg	39
1.1 Antecedentes históricos	40
1.2 Composição do tribunal	47
1.3 O Ministério Público	49
1.4 Os acusados	51
1.5 Comentários gerais sobre o Tribunal de Nuremberg	55
2 Tribunal de Tóquio	57
2.1 Aspectos gerais	57
3 Outros julgamentos relacionados à Segunda Guerra Mundial	64
4 Tribunais <i>ad hoc</i> do final do século XX	67
4.1 Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia	68
4.1.1 Antecedentes históricos	68
4.1.2 Competência	75
4.1.3 O trato ao ser humano	81
4.1.4 Internação de pessoas civis	85
4.1.5 Casos analisados pelo TPIY	88
4.1.5.1 Resumo de alguns dos casos julgados	90
4.2 Tribunal Penal Internacional para Ruanda	94
4.2.1 Organização e estabelecimento do tribunal	99

341.645:343
F363t



4.2.2 Competência	104
4.2.3 A investigação e o ajuizamento	108
4.2.4 Atuação judicial	111
4.2.5 Seleção de uma lei específica	119
4.2.6 Categoria de crimes	120
4.2.7 A pena	121
CAPITULO III - TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	125
1.1 Histórico	125
1.1.1 Gustave Moynier: um sonho alicerçado pela busca da realidade	125
1.2 A realidade	135
1.3 A soberania, a globalização e o princípio da complementaridade	149
1.3.1 A soberania	149
1.3.2 A globalização	155
1.3.3 Princípio da complementaridade	159
1.4 Princípio <i>non bis in idem</i>	168
1.5 Princípio da legalidade e da irretroatividade	170
1.6 Responsabilidade penal individual	173
1.6.1 Formas de autoria	174
1.6.2 Outras formas de participação	175
1.7 Inimputabilidade penal	179
1.8 Irrelevância da qualidade oficial	180
1.9 Responsabilidade dos comandantes e outros superiores	183
1.10 Elementos psicológicos	186
1.11 Argumentos para defesa	188
1.11.1 Causas de exclusão da responsabilidade criminal	188
1.11.2 O erro de fato ou de direito	192
1.11.3 Decisão hierárquica e disposições gerais	192
CAPITULO IV - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	205
1 Organização do Tribunal Penal Internacional	205
2 Composição do Tribunal Penal Internacional	208
3 Presidência	211
4 Câmara de julgamento preliminar	212
5 Câmara de Primeira Instancia	213
6 Câmara de Recursos	216
7 Procuradoria	216
8 Secretaria	218
9 Início de um processo perante o Tribunal Penal Internacional	221
9.1 Oficialidade do Procurador do Tribunal Penal Internacional	222

341.645:343
F363t



9.2 O direito de remeter um caso através de um Estado - Parte	224
9.3 Recomendação do Conselho de Segurança	225
10 Admissibilidade da causa perante a Corte	226
11 Revisão da Câmara de Questões Preliminares	228
11.1 Autorização para iniciar uma investigação	228
11.2 Mandado de prisão e comparecimento	230
11.3 Comparecimento perante a corte	230
11.4 Audiência de confirmação	231
11.5 O julgamento	232
11.6 O debate	232
11.7 Sentença condenatória	235
11.8 Execução de multas, ordens de seqüestro e ordens de reparação	239
11.9 A execução de sentença de prisão	241
11.10 Aceitação de pessoas condenadas	242
11.11 Sentença de prisão	242
11.12 Término da sentença	244

CAPITULO V - OS CRIMES DE ATRIBUIÇÃO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

	245
1. Considerações gerais	245
2. Crime de genocídio	247
3. A definição dada pelo Estatuto de Roma	255
4. Crimes de contra a humanidade	261
4.1 Antecedentes históricos deste conceito	261
4.2 Definição dada pelo Estatuto de Roma e os elementos dos crimes	226
4.2.1 O contexto	270
4.2.2 As condutas	272
4.2.3 O assassinato	273
4.2.4 Extermínio	274
4.2.5 Escravidão	274
4.2.6 Deportação ou transferência forçada de população	276
4.2.7 Encarceramento ou outra privação grave da liberdade física na violação de normas fundamentais de direito internacional	277
4.2.8 Tortura	277
4.2.9 Agressão sexual	280
4.2.10 Escravidão sexual	282
4.2.11 Prostituição forçada	283
4.2.12 Gravidez forçada	283
4.2.13 Esterilização forçada	284

**341.645:343
F363t**



4.2.14 Violência no campo sexual de gravidade comparável	285
4.3 Perseguição de um grupo ou coletividade com identidade própria	286
4.4 Desaparecimento forçado de pessoas	288
4.5 O crime de apartheid	289
4.6 Outros elementos desumanos de caráter similar	289
5 Crimes de guerra	290
5.1 Definição dada pelo Estatuto de Roma e os elementos dos crimes	296
5.1.1 Conflito armado	297
5.1.2 Graves violações as convenções de Genebra nos conflitos internacionais	297
6 Crimes de agressão	299
CAPITULO VI - O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E CONSTITUÇÃO BRASILEIRA	303
5.1 A ausência da coisa julgada	305
5.2 Pena de prisão perpétua	308
5.3 A extradição de pessoas	314
5.4 Imprescritibilidade dos crimes	319
CONSIDERAÇÕES FINAIS	323
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	329
ANEXOS	
Anexo A - Estatuto do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg (TMIN)	341
Anexo B - Estatuto do Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente (TMIEO)	353
Anexo C - Estatuto do Tribunal Penal Internacional para Ex-Iugoslávia [TPIY]	363
Anexo D - Estatuto do Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR)	381
Anexo E - Decreto n.º 4.388, de 25 de setembro de 2002	397
Anexo F - Anteprojeto de Lei que define o crime de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes contra a administração da Justiça do TPI	511

341.645:343
F363t

